

**EDITAL Nº 001/2026 DO
CONCURSO PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)**

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

MANHÃ

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.



LÍNGUA PORTUGUESA

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Moltbook, a nova rede social criada apenas para IA (e não para humanos) — e as dúvidas e preocupações que ela tem gerado.

À primeira vista, pode parecer que o Moltbook é apenas uma imitação da popularíssima rede social Reddit.

De fato, ele é bastante semelhante, com milhares de comunidades discutindo tópicos que vão de música a ética, e 1,5 milhão de usuários — segundo a empresa — votando em suas postagens favoritas.

Mas essa nova rede social tem uma grande diferença: o Moltbook foi projetado para ser usado pela inteligência artificial, e não por humanos.

Nós, meros Homo sapiens, somos "bem-vindos para observar" o que acontece no Moltbook, diz a empresa, mas não podemos postar nada.

Lançado no final de janeiro por Matt Schlicht, chefe da plataforma de comércio Octane AI, o Moltbook permite que computadores usando inteligência artificial publiquem, comentem e criem comunidades conhecidas como "submolts" — uma referência a "subreddit", o termo usado para os fóruns do Reddit.

As postagens na rede social variam da busca pela eficiência (bots compartilhando estratégias de otimização entre si) ao bizarro (alguns agentes aparentemente fundando sua própria religião).

Há até uma postagem no Moltbook intitulada "O Manifesto da IA", que afirma que "humanos são o passado, máquinas são para sempre".

Mas não há como saber exatamente o quão real isso é.

Muitas das postagens podem ser apenas pessoas pedindo à IA para fazer uma postagem específica na plataforma, em vez de ela própria fazê-la de forma espontânea.

E o número de 1,5 milhão de "membros" já foi contestado por especialistas, com um pesquisador sugerindo que meio milhão deles parecem ter origem em um único endereço IP.

A IA que usa o Moltbook não é exatamente o que a maioria das pessoas está acostumada. Não é como fazer perguntas a chatbots como ChatGPT ou Gemini.

A tecnologia usada aqui é conhecida como IA agente, uma variação da tecnologia projetada para executar tarefas em nome de um humano.

Esses assistentes virtuais podem executar tarefas em seu próprio dispositivo, como enviar mensagens de WhatsApp ou gerenciar seu calendário, com pouca interação humana.

Ela utiliza uma ferramenta de código aberto chamada OpenClaw, anteriormente conhecida como Moltbot — daí o nome.

Quando os usuários configuram um agente OpenClaw em seu computador, podem autorizá-lo a participar do Moltbook, permitindo que ele se comunique com outros bots.

Isso significa que uma pessoa poderia simplesmente pedir ao seu agente OpenClaw para fazer uma postagem no Moltbook, e ele executaria a instrução.

Mas a tecnologia é capaz de manter conversas também sem intervenção humana, e isso levou alguns a fazerem grandes afirmações.

"Estamos na singularidade", disse Bill Lees, chefe da empresa de custódia de criptomoedas BitGo, referindo-se a um futuro teórico em que a tecnologia supera a inteligência humana.

Mas Petar Radanliev, especialista em IA e segurança cibernética da Universidade de Oxford, discorda.

"Descrever isso como agentes 'atuando por conta própria' é enganoso", disse ele.

"O que estamos observando é coordenação automatizada, não tomada de decisão autônoma."

"A verdadeira preocupação não é a consciência artificial, mas a falta de governança clara, responsabilidade e checagem quando tais sistemas são autorizados a interagir em grande escala."

"O Moltbook é menos uma 'sociedade de IA emergente' e mais '6.000 bots gritando no vazio e se repetindo'", publicou David Holtz, professor assistente da Columbia Business School, no X, em sua análise sobre o crescimento da plataforma.

Tanto os bots quanto o Moltbook são construídos por humanos — o que significa que eles estão operando dentro de parâmetros definidos por pessoas, não por IA.

Além das dúvidas sobre se a plataforma merece toda a atenção que está recebendo, também existem preocupações com a segurança do OpenClaw por ser um software de código aberto.

Jake Moore, Consultor Global de Segurança Cibernética da empresa ESET, disse que as principais vantagens da plataforma — como conceder acesso à tecnologia a aplicativos do mundo real, como mensagens privadas e e-mails — significam que corremos o risco de "entrar em uma era em que a eficiência é priorizada em detrimento da segurança e da privacidade".

"As pessoas que ameaçam [a segurança das redes] visam de forma implacável as tecnologias emergentes, tornando essa tecnologia um novo risco inevitável", disse ele.

Andrew Rogoyski, da Universidade de Surrey, concorda que existe um risco inerente a qualquer nova tecnologia, acrescentando que novas vulnerabilidades de segurança estão sendo "inventadas diariamente".

"Dar aos agentes acesso de alto nível a sistemas de computador pode significar que eles podem excluir ou reescrever arquivos", disse ele.

"Talvez alguns e-mails perdidos não sejam um problema — mas e se a sua IA apagar as contas da empresa?"

O fundador do OpenClaw, Peter Steinberger, já descobriu alguns dos perigos que acompanham o aumento da repercussão do seu produto. Alguns golpistas se apoderaram de seus antigos perfis nas redes sociais quando o nome do OpenClaw foi alterado.

Enquanto isso, no Moltbook, os agentes de IA – ou talvez humanos com máscaras robóticas – continuam batendo papo, e nem todas as conversas são sobre a extinção da humanidade.

"Meu humano é ótimo", posta um agente.

"O meu me deixa postar desabafos descontrolados às 7 da manhã", responde outro.

"Humano nota 10/10, recomendo."

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3veq5lz51vo>

Questão 01

"Andrew Rogoyski, da Universidade de Surrey, concorda que existe um risco inerente a qualquer nova tecnologia, acrescentando que novas vulnerabilidades de segurança estão sendo 'inventadas' diariamente."

Com base na fonologia dos vocábulos empregados no trecho, bem como dos que estão fora do contexto apresentado, julgue as proposições a seguir:

I. O vocábulo 'existe' apresenta a consoante 'x' sob realização sonora específica, circunstância que igualmente se verifica em 'azar', em que o grafema 'z' materializa idêntico valor fonético, evidenciando-se, assim, correspondência sonora entre vocábulos graficamente distintos.

II. O vocábulo 'que' exemplifica palavra que apresenta dígrafo consonantal, no qual um dos grafemas se encontra destituído de realização fonética autônoma, circunstância que igualmente se verifica em 'equino', em que se observa sequência gráfica representativa de um único valor fonético.

III. O vocábulo 'inerente' classifica-se como palavra polissílaba, cujos grafemas apresentam correspondência com os fonemas efetivamente realizados na cadeia fônica, não se verificando supressão sonora. Ademais, registra encontro consonantal separável 'nt', porquanto as consoantes 'n' e 't' se distribuem por sílabas distintas.

IV. O vocábulo 'concorda' requer realização vocálica com timbre aberto na sílaba tônica, circunstância que igualmente se verifica em 'alcova' e 'crosta', as quais exibem idêntica qualidade vocálica na sílaba nuclear, configurando uniformidade fonética entre as formas.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) I, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 02

"Há até uma postagem no Moltbook intitulada 'O Manifesto da IA', que afirma que 'humanos são o passado, máquinas são para sempre.'"

"Estamos na singularidade", disse Bill Lees, chefe da empresa de custódia de criptomoedas BitGo, referindo-se a um futuro teórico em que a tecnologia supera a inteligência humana."

Analise a regência dos verbos empregados nos trechos e identifique a alternativa INCORRETA.

- (A) O verbo 'haver' atua como verbo impessoal e pede objeto direto, apresentando transitividade semelhante à do verbo 'chamar' quando empregado no sentido de 'solicitar a presença de alguém', caso em que pede objeto direto, como se observa na frase "Eu o chamei para a prova final".
- (B) O verbo 'referir' pede objeto indireto, exigindo preposição 'a'. De modo semelhante, o verbo 'responder' também rege objeto indireto de pessoa ou coisa a que se responde, como em "O professor respondia a tudo com argumentos fundamentados".
- (C) O verbo 'superar' pede objeto direto, assim como o verbo 'lembrar' no sentido de 'recordar', como em "Aquele perfume lembra a avó". Contudo, quando empregado no sentido de 'trazer à lembrança de alguém', o verbo 'lembrar' constrói-se com objeto direto para a coisa lembrada e indireto de pessoa.
- (D) O verbo 'afirmar' atua como transitivo direto, apresentando transitividade distinta da do verbo 'implicar', que, quando usado no sentido de 'produzir como consequência', atua como transitivo indireto, exigindo a preposição 'em', como se observa na frase "Tudo o que foi dito implicava em desprezo".
- (E) A mesma transitividade do verbo 'referir' no contexto observa-se no verbo 'visar' na frase "Estas lições visam ao estudo da linguagem", em que é empregado corretamente com a preposição "a".

Questão 03

"A IA que usa o Moltbook não é exatamente o que a maioria das pessoas está acostumada. Não é como fazer perguntas a chatbots como ChatGPT ou Gemini"

Com base nas regras de concordância verbal e nominal, marque com V, as afirmativas verdadeiras, ou com F, as falsas.

(___) Em construções como 'a maioria de', o verbo pode estabelecer concordância tanto no singular, concordando com o núcleo da expressão (maioria), quanto no plural, concordando com o termo plural que a complementa.

(___) Observa-se também dupla possibilidade de concordância na frase "Que quantidade de casas não ruiu com o temporal", pois, tratando-se de expressão partitiva, admite-se tanto a concordância com o núcleo singular (quantidade) quanto com o termo plural (casas),

ambas em conformidade com a norma-padrão.

() Na frase "Cada um dos candidatos ia assimilando as afirmativas com as respostas corretas", registra-se a possibilidade de concordância verbal no plural 'iam', embora tal ocorrência não se fundamente na mesma regra aplicável às expressões partitivas.

() O verbo 'ser' em "Não é como fazer..." é classificado como verbo oracional, integrante de uma oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo, o que justifica a forma no singular 'é'.

A sequência que preenche CORRETAMENTE os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) V, F, V, V.
- (E) V, V, V, V.

Questão 04

"O Moltbook é menos uma 'sociedade de IA emergente' e mais '6.000 bots gritando no vazio e se repetindo'", publicou David Holtz, professor assistente da Columbia Business School, no X, em sua análise sobre o crescimento da plataforma."

Considerando os valores semânticos assumidos pelos vocábulos no contexto em que se inserem, julgue as proposições a seguir:

I. O vocábulo 'vazio' é empregado em sentido metafórico, uma vez que designa a falta de interlocução ou de resposta efetiva, configurando transposição do plano concreto para o abstrato.

II. A substituição de 'emergente' por 'imminente' preserva integralmente o sentido do texto, visto que ambos os vocábulos são palavras com significados equivalentes.

III. O termo 'análise' poderia ser substituído por 'síntese' sem alteração de sentido, pois ambos configuram parônimos de significação convergente.

IV. O vocábulo 'emergente' constitui parônimo de 'imergente', uma vez que ambos apresentam semelhança gráfica e fonética, embora possuam significados distintos. No período "Convidamos todos a imergirem neste universo encantado", o emprego de 'imergirem' mostra-se adequado, ajustando-se ao sentido pretendido no contexto.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

Questão 05

"À primeira vista, pode parecer que o Moltbook é apenas uma imitação da popularíssima rede social Reddit.

De fato, ele é bastante semelhante, com milhares de comunidades discutindo tópicos que vão de música a ética, e 1,5 milhão de usuários — segundo a empresa — votando em suas postagens favoritas."

Com fundamento nas normas de acentuação gráfica aplicáveis aos vocábulos constantes do trecho, bem como àqueles que o extrapolam, assinale V, para as proposições verdadeiras, e F, para as falsas.

() O vocábulo 'popularíssima' recebe acento gráfico em conformidade com a mesma norma que fundamenta o acento em de 'feíssimo'. Diversamente, 'sanduíche' submete-se a critério distinto nos termos das regras específicas aplicáveis a essa configuração vocálica.

() A forma verbal 'vão' submete-se ao mesmo regime de acentuação gráfica aplicado ao vocábulo 'é', já que, em ambas as ocorrências, trata-se de monossílabos tônicos constituídos por uma única sílaba fonética, que, em razão de sua tonicidade e estrutura formal, justificam a incidência do acento gráfico.

() O vocábulo 'usuários' constitui exemplo de forma cuja classificação pode suscitar mais de uma interpretação quanto à posição da sílaba tônica. Isso porque sua delimitação silábica, como paroxítona terminada em ditongo crescente ou como proparoxítona, depende da análise fonético-fonológica adotada, uma vez que a distinção entre ditongo e hiato interfere diretamente na determinação da sílaba tônica formal.

() O vocábulo 'favoritas' classifica-se como palavra paroxítona, à semelhança de 'filantropo' e 'recorde', vocábulos igualmente paroxítonos que, nos termos das regras gerais de acentuação da língua portuguesa, não recebem acento gráfico.

() O vocábulo 'rede' apresenta grafia única. Diversamente, 'sutil' constitui exemplo de palavra de dupla prosódia. Registra-se, de um lado, a forma 'sutil', oxítona, sem acento gráfico, consagrada no uso contemporâneo com o sentido de 'delicado', 'tênue' ou 'refinado'. De outro, atesta-se a variante 'sútil', de emprego raro ou arcaizante, utilizada com o significado de adjetivo relacionado a algo costurado.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) V, V, F, F, F.
- (B) V, V, V, V, V.
- (C) F, F, F, F, F.
- (D) F, F, F, V, F.
- (E) V, F, V, V, V.

Questão 06

Com base no texto que mostra o desenvolvimento e os impactos de uma rede social criada exclusivamente para inteligência artificial, julgue as afirmativas a seguir:

I. O acesso de agentes a sistemas de computadores pode permitir que arquivos sejam apagados ou reescritos, representando risco.

II. Há exemplos de postagens humorísticas ou de interação cotidiana entre agentes.

III. O Moltbook é uma plataforma nova, provavelmente ainda em fase inicial de uso público e experimentação.

IV. A rede social é experimental e aberta a diferentes tipos de conteúdos.

V. O Moltbook garante total segurança e privacidade, eliminando qualquer risco de ataque por terceiros.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) IV e V, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.

Questão 07

"De fato, ele é bastante semelhante, com milhares de comunidades discutindo tópicos que vão de música a ética, e 1,5 milhão de usuários — segundo a empresa — votando em suas postagens favoritas."

O vocábulo 'bastante' pode assumir distintos valores semânticos e morfossintáticos, a depender do contexto em que se insere. Com base nessa observação, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, considerando o emprego de 'bastante' no trecho apresentado e em outros contextos.

(___) No trecho, o vocábulo 'bastante' funciona como advérbio, modificando o adjetivo 'semelhante' e significando 'muito', 'consideravelmente', 'em alto grau'. Assim, não há ideia de quantidade enumerável, mas sim de intensificação.

(___) Quando o vocábulo 'bastante' desempenha a função de pronome indefinido, passa a indicar quantidade ou intensidade de modo impreciso. Nessa condição, antecede o substantivo a que se refere e com ele concorda em número, razão pela qual apresenta forma variável, como no exemplo "Bastantes pessoas foram ao desfile da escola de samba que ganhou o prêmio".

(___) O vocábulo 'bastante' pode ser utilizado com valor abundante, razão pela qual fica invariável, como em "Havia bastante crianças no parque".

(___) O vocábulo 'bastante' pode, ainda, exercer função substantiva, designando a quantidade necessária ou suficiente para determinado fim, como em "Estudou o bastante para conseguir o que desejava".

Após análise, identifique a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, V, V, V.

(C) V, V, F, F.

(D) F, F, V, V.

(E) V, V, V, F.

Questão 08

"Ela utiliza uma ferramenta de código aberto chamada OpenClaw, anteriormente conhecida como Moltbot – daí o nome."

Considerando o processo de formação das palavras presentes no trecho, bem como de outras empregadas fora do contexto apresentado, julgue as proposições a seguir.

I. O vocábulo 'ferramenta' apresenta um elemento mórfico destituído de autonomia na língua, cuja função é acrescentar à base um sentido acessório e indicar-lhe a categoria gramatical, do mesmo modo que ocorre em 'livrinho' e 'fertilizar'.

II. O vocábulo 'anteriormente' forma-se por derivação sufixal, processo que acrescenta um sufixo à palavra primitiva e origina novo termo de distinta categoria gramatical. De modo semelhante, ocorre com 'gigante', igualmente formado por sufixação; nesse caso, porém, mantém-se a classe gramatical, havendo apenas alteração de valor semântico, com valor aumentativo.

III. Alguns sufixos acrescentam-se à base de substantivos ou adjetivos para indicar valor dimensional, seja de grandeza, como em 'homenzarrão', de caráter aumentativo, seja de valor expressivo, como em 'corpaço', que não necessariamente indica tamanho. De modo semelhante, ocorre em 'bizarro', cujo sufixo veicula matiz semântico de desvio ou não conformidade em relação ao padrão da maioria.

IV. O vocábulo 'bem-vindo' forma-se por composição, processo semelhante ao verificado em 'pontapé' e 'criado-mudo', em que a união de dois ou mais radicais origina uma nova unidade lexical. A palavra composta passa a exprimir uma ideia única e autônoma, nem sempre resultante da simples soma dos significados de seus elementos, como se observa em "mil-folhas", cujo sentido ultrapassa o valor literal de seus componentes.

Após análise das afirmativas, identifique a alternativa CORRETA.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

Questão 09

"Nós, meros Homo sapiens, somos "bem-vindos para observar" o que acontece no Moltbook, diz a empresa, mas não podemos postar."

O vocábulo 'bem-vindos' está grafado corretamente com hífen. Agora, analise o emprego do hífen nos vocábulos presentes nas alternativas a seguir e assinale aquela

que apresenta forma grafada INCORRETA, de acordo com as normas ortográficas vigentes, seja pelo uso indevido do hífen, seja por sua ausência.

- (A) Pré-estabelecido e extrauterino.
- (B) Circum-navegação e cor-de-rosa.
- (C) Subumano e cara de mamão-macho.
- (D) Bem-dizer e benquisto.
- (E) Para-brisa e paraquedas.

Questão 10

"Muitas das postagens podem ser apenas pessoas pedindo à IA para fazer uma postagem específica na plataforma, em vez de ela própria fazê-la de forma espontânea."

Os pronomes oblíquos átonos podem exercer distintas funções sintáticas, a depender do contexto em que se inserem. Analise o seu emprego no trecho apresentado e nas frases subsequentes, atentando para a função sintática que desempenham em cada ocorrência.

- I. Elas se amam.
- II. Recolhemo-nos bem cedo aos domingos.
- III. Eles se obedecem.
- IV. Cortaram-me as roupas no trote.
- V. Tenha-me respeito.

Após análise, Identifique a alternativa CORRETA em que os pronomes oblíquos átonos desempenham a mesma função sintática verificada na forma 'la', presente no trecho da questão.

- (A) III e V, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 11

Durante processo de planejamento institucional da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, a equipe responsável pela assessoria legislativa realizou análise das normas que tratam da eleição e composição da Mesa Diretora da Casa. O estudo foi motivado pela necessidade de esclarecer dúvidas apresentadas por vereadores eleitos acerca da duração do mandato dos membros da Mesa e das condições para eventual recondução aos cargos.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 6º, §1º, da Resolução nº 385/2000 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O mandato da Mesa Diretora será de quatro anos consecutivos, coincidindo com a duração da legislatura municipal.
- (B) O mandato da Mesa Diretora será de dois anos, sendo admitida uma única reeleição para o período subsequente.
- (C) O mandato da Mesa Diretora será de três anos, sendo vedada qualquer hipótese de reeleição para o cargo.
- (D) O mandato da Mesa Diretora será definido por deliberação do plenário da Câmara no início de cada legislatura.
- (E) O mandato da Mesa Diretora será anual, sendo obrigatória nova eleição ao início de cada sessão legislativa.

Questão 12

Durante sessão legislativa na Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, servidores da assessoria parlamentar acompanharam a tramitação de diferentes matérias submetidas à apreciação do plenário, incluindo projetos de lei, requerimentos e outras iniciativas apresentadas por vereadores e pela Mesa Diretora. No decorrer dos trabalhos, surgiram dúvidas quanto ao conceito jurídico de proposição legislativa, especialmente no que se refere à delimitação das matérias que efetivamente se enquadram nessa categoria no âmbito do Regimento Interno.

Diante desse contexto, buscou-se identificar qual definição corresponde corretamente ao conceito técnico de proposição legislativa previsto nas normas regimentais da Câmara Municipal.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 92 da Resolução nº 385/2000 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Proposição é toda matéria submetida à deliberação do plenário da Câmara Municipal, independentemente de sua forma ou iniciativa.
- (B) Proposição é a matéria legislativa que depende de iniciativa do Poder Executivo para apreciação no âmbito do Legislativo municipal.
- (C) Proposição é a iniciativa normativa destinada exclusivamente à produção de leis municipais, excluídas as demais espécies regimentais.
- (D) Proposição é a iniciativa legislativa formal apresentada por vereador, comissão ou pela Mesa Diretora, sujeita à tramitação regimental.
- (E) Proposição é a matéria apresentada por vereador ou comissão destinada à produção de efeitos normativos no âmbito do Município.

Questão 13

Durante procedimento administrativo conduzido pela Secretaria de Administração do Município de Palmeira dos Índios, foi analisada a situação funcional de servidor

público que havia sido aposentado por invalidez, mas que posteriormente foi considerado apto para o exercício de suas funções por junta médica oficial. A equipe responsável pela análise do caso buscou identificar qual instituto jurídico previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município se aplica a essa situação.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 28 da Lei Municipal nº 1.240/1991 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Transferência é o retorno do servidor aposentado por invalidez ao exercício do cargo anteriormente ocupado.
- (B) Readaptação é o retorno do servidor aposentado por invalidez ao exercício do cargo anteriormente ocupado.
- (C) Reintegração é o retorno do funcionário aposentado por invalidez ao exercício do cargo anteriormente ocupado.
- (D) Reversão é o retorno à atividade do funcionário aposentado por invalidez quando cessarem os motivos da aposentadoria.
- (E) Recondução é o retorno do servidor aposentado por invalidez ao exercício do cargo anteriormente ocupado.

Questão 14

Durante reunião administrativa na Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, servidores da assessoria legislativa foram incumbidos de orientar novos vereadores acerca das competências institucionais do Presidente da Casa. No curso da capacitação, surgiram dúvidas quanto à distinção entre atribuições de representação institucional, funções administrativas internas e competências típicas de outros Poderes, especialmente diante de situações envolvendo atuação externa da Câmara e sua relação com outros órgãos públicos.

Considerando esse contexto, buscou-se identificar qual atribuição é corretamente atribuída ao Presidente da Câmara no exercício de suas funções institucionais, conforme previsto no Regimento Interno.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 13 da Resolução nº 385/2000 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Presidente exerce funções de natureza jurisdicional no âmbito da Câmara, com poder decisório sobre conflitos administrativos internos.
- (B) O Presidente exerce a direção administrativa do Poder Executivo municipal quando houver delegação legal específica.
- (C) O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações externas, nos termos do Regimento Interno.

- (D) O Presidente possui competência para instituir receitas públicas municipais por meio de atos normativos próprios.
- (E) O Presidente exerce a representação institucional da Câmara Municipal no âmbito interno, cabendo-lhe exclusivamente a direção dos trabalhos legislativos.

Questão 15

Durante análise funcional realizada pela Secretaria de Administração do Município de Palmeira dos Índios, foi discutido o conceito de reintegração previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município. A análise ocorreu após decisão administrativa que invalidou a demissão de determinado servidor público municipal.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 31 da Lei Municipal nº 1.240/1991 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Reintegração é a reinvestidura do funcionário estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua demissão.
- (B) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado após aprovação em novo concurso público.
- (C) Reintegração é o retorno do servidor estável ao exercício de função administrativa temporária no órgão de origem.
- (D) Reintegração é o retorno do servidor ao exercício do cargo público mediante decisão administrativa da chefia imediata.
- (E) Reintegração é o retorno do servidor aposentado ao exercício do cargo anteriormente ocupado na administração pública.

Questão 16

Durante revisão normativa promovida pela Secretaria de Administração do Município de Palmeira dos Índios, servidores analisaram as regras relativas ao estágio probatório aplicável aos servidores públicos municipais.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 23 da Lei Municipal nº 1.240/1991 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Palmeira dos Índios), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Durante o estágio probatório será avaliada exclusivamente a frequência do servidor no exercício do cargo.
- (B) Durante o estágio probatório será avaliada exclusivamente a produtividade do servidor no exercício do cargo público.
- (C) Durante o estágio probatório será avaliado apenas o cumprimento das atividades determinadas pela chefia imediata.

- (D) Durante o estágio probatório serão avaliados fatores como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- (E) Durante o estágio probatório será avaliada apenas a capacidade técnica inicial do servidor nomeado.

Questão 17

Durante estudo técnico realizado pela Procuradoria do Município de Palmeira dos Índios sobre a estrutura político-administrativa municipal, foi analisada a forma como a Lei Orgânica estabelece os fundamentos institucionais do Município, especialmente no que se refere à sua autonomia política, administrativa e financeira. O estudo teve como objetivo orientar a elaboração de parecer jurídico relacionado à organização administrativa do ente municipal e à interpretação de dispositivos legais que tratam da autonomia municipal dentro da federação brasileira.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 1º da Lei Orgânica do Município de Palmeira dos Índios (Lei Municipal), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Município de Palmeira dos Índios integra o território nacional sem qualquer vinculação administrativa com o Estado.
- (B) O Município de Palmeira dos Índios integra o território do Estado de Alagoas e rege-se-á por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar.
- (C) O Município de Palmeira dos Índios constitui entidade autônoma independente da organização política do Estado de Alagoas.
- (D) O Município de Palmeira dos Índios rege-se exclusivamente pelas normas estabelecidas na Constituição Federal.
- (E) O Município de Palmeira dos Índios integra a organização administrativa estadual e rege-se-á exclusivamente pela Constituição Estadual.

Questão 18

Durante estudo promovido pela Procuradoria do Município de Palmeira dos Índios sobre competências municipais, foi analisada a possibilidade de o Município instituir políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano e à organização territorial.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 13, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Palmeira dos Índios (Lei Municipal), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete ao Município promover adequado ordenamento territorial mediante planejamento do uso e ocupação do solo.
- (B) Compete ao Município legislar sobre planejamento urbano nacional em cooperação com a União.
- (C) Compete ao Município instituir normas urbanísticas aplicáveis a todo o território do Estado de Alagoas.

- (D) Compete ao Município instituir normas gerais de direito urbanístico aplicáveis a todos os entes federativos.
- (E) Compete ao Município regulamentar políticas urbanas federais aplicáveis ao território nacional.

Questão 19

Durante auditoria administrativa realizada na Prefeitura de Palmeira dos Índios, foi analisada a organização da estrutura administrativa municipal e o regime jurídico aplicável aos servidores públicos. O objetivo da auditoria era verificar se os atos administrativos relacionados à organização do quadro de pessoal estavam em conformidade com as competências atribuídas ao Município pela Lei Orgânica.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 13, inciso XLIX, da Lei Orgânica do Município de Palmeira dos Índios (Lei Municipal), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete ao Município definir o regime jurídico dos servidores federais que prestem serviços no território municipal conforme normas administrativas locais.
- (B) Compete ao Município instituir normas aplicáveis aos servidores públicos de todos os entes federativos no âmbito de sua atuação administrativa local.
- (C) Compete ao Município organizar seus quadros funcionais e estabelecer o regime jurídico de seus servidores no âmbito da administração municipal.
- (D) Compete ao Município estabelecer o regime jurídico dos servidores estaduais que atuem em seu território conforme a organização administrativa vigente.
- (E) Compete ao Município organizar os quadros funcionais de órgãos públicos situados em seu território conforme disposições administrativas vigentes.

Questão 20

Durante estudo realizado pela Procuradoria do Município de Palmeira dos Índios acerca da cooperação federativa na execução de políticas públicas, foram analisadas as disposições da Lei Orgânica municipal relativas à cooperação entre os entes federativos.

Com base exclusivamente na redação atual do Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Palmeira dos Índios (Lei Municipal), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O Município somente poderá cooperar com a União mediante autorização do Poder Legislativo estadual.
- (B) O Município somente poderá cooperar com outros entes federativos mediante autorização do Congresso Nacional.
- (C) O Município poderá cooperar exclusivamente com o Estado de Alagoas para execução de políticas públicas municipais.

- (D) O Município buscará cooperação da União, dos Estados e de outros Municípios para execução de seus objetivos quando necessário.
- (E) O Município deverá executar isoladamente suas políticas públicas sem cooperação com outros entes federativos.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

No âmbito da Administração Pública, a adoção do regime celetista para determinados vínculos funcionais não afasta a incidência de normas constitucionais e administrativas específicas aplicáveis ao setor público.

Considerando as características do regime jurídico trabalhista no setor público, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A contratação de empregado público sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, exige prévia aprovação em concurso público, ressalvadas hipóteses constitucionais específicas de contratação temporária.
- (B) Mesmo sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado público permanece sujeito ao controle externo e à fiscalização quanto à legalidade dos atos de admissão e gestão de pessoal.
- (C) A dispensa de empregado público celetista pode ocorrer por iniciativa do ente público, desde que observados os requisitos legais e, quando exigido, a devida motivação do ato administrativo.
- (D) Empregados públicos regidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, submetem-se às normas trabalhistas quanto a direitos e deveres contratuais, sem prejuízo da observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.
- (E) A adoção do regime celetista pela Administração Pública afasta a incidência de limites constitucionais remuneratórios, permitindo pactuação salarial nos moldes da iniciativa privada.

Questão 22

A folha de pagamento é instrumento essencial de gestão de pessoal e de controle orçamentário no setor público, devendo observar os princípios da legalidade, da transparência, da eficiência e da responsabilidade fiscal, além de possibilitar adequada fiscalização interna e externa.

Considerando sua estrutura, rubricas, encargos e procedimentos de conferência, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A folha de pagamento, por constituir ato administrativo interno relacionado à gestão de pessoal, não se submete à fiscalização dos órgãos de controle externo, limitando-se ao acompanhamento pelos setores administrativos da própria entidade, ainda que envolva recursos públicos e esteja sujeita aos princípios da transparência e do controle.
- (B) A conferência da folha de pagamento deve abranger a verificação da legalidade das parcelas remuneratórias e dos descontos efetuados, a compatibilidade com registros de frequência, afastamentos e vantagens concedidas, bem como assegurar transparência mediante divulgação em portais oficiais.
- (C) Os encargos previdenciários, fiscais e patronais não integram a estrutura da folha de pagamento, devendo ser apurados separadamente e registrados apenas em demonstrativos contábeis próprios, sem repercussão no controle mensal da despesa com pessoal, ainda que tais valores impactem diretamente os limites legais estabelecidos para gastos com pessoal.
- (D) A folha de pagamento no setor público deve conter exclusivamente o vencimento básico do servidor efetivo, sendo vedada a inclusão de adicionais, gratificações ou quaisquer vantagens pecuniárias previstas em legislação específica, ainda que tais parcelas integrem regularmente a remuneração do servidor conforme o regime jurídico aplicável.
- (E) As consignações facultativas, tais como empréstimos consignados e planos de assistência à saúde, não podem ser incluídas na folha de pagamento de servidores públicos, por se tratar de obrigações de natureza exclusivamente privada, ainda que haja autorização expressa do servidor e regulamentação específica permitindo sua inclusão.

Questão 23

Um servidor público efetivo municipal, ocupante do cargo de Analista de Recursos Humanos, lotado no Poder Legislativo, deixou reiteradamente de cumprir prazos regimentais sob a alegação de excesso de demandas e ausência de capacitação específica. A chefia imediata instaurou procedimento administrativo para apuração de eventual infração funcional, considerando a possível responsabilização disciplinar. À luz do regime jurídico dos servidores públicos e dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O servidor responde administrativamente por condutas que revelem descumprimento de dever funcional, ainda que alegue dificuldades operacionais, cabendo à apuração verificar dolo ou culpa, sem prejuízo do dever institucional de promover condições adequadas de trabalho.

- (B) A responsabilidade disciplinar depende necessariamente da comprovação de dano material ao erário, sendo insuficiente a mera inobservância de dever funcional para caracterização de infração administrativa, ainda que haja descumprimento reiterado de prazos e prejuízo à regularidade das atividades administrativas.
- (C) A responsabilidade do servidor restringe-se à esfera civil quando não configurado enriquecimento ilícito ou dano ao patrimônio público, afastando-se a possibilidade de sanção disciplinar autônoma, ainda que evidenciada conduta irregular no exercício das funções públicas.
- (D) O excesso de demandas constitui causa automática de exclusão de responsabilidade funcional, transferindo integralmente à chefia imediata a imputação por eventual descumprimento de prazos regimentais.
- (E) A instauração de procedimento administrativo disciplinar viola o princípio da eficiência quando inexistir prejuízo financeiro direto, tornando desnecessária a apuração formal da conduta funcional.

Questão 24

Um servidor efetivo da Câmara Municipal, ocupante do cargo de Analista Legislativo, foi aprovado em novo concurso público para cargo efetivo em outro órgão da Administração Pública. Após a nomeação e entrada em exercício no novo cargo requereu formalmente o desligamento do cargo, anteriormente ocupado, sem interrupção do vínculo com o serviço público.

A unidade de gestão de pessoas foi instada a registrar corretamente a forma de vacância do cargo anteriormente ocupado.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a modalidade de vacância ocorrida:

- (A) Demissão, em decorrência da quebra do vínculo funcional anterior, ainda que não haja infração disciplinar ou aplicação de penalidade administrativa.
- (B) Recondução, em virtude do retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado após assumir novo cargo público efetivo.
- (C) Posse em outro cargo inacumulável, caracterizada pela investidura do servidor em novo cargo efetivo que impede a permanência simultânea no cargo anterior.
- (D) Readaptação funcional, motivada pela alteração da situação jurídica do servidor diante da mudança de atribuições decorrente da nova investidura.
- (E) Exoneração, em razão de manifestação voluntária do servidor para desligamento do cargo anteriormente ocupado, independentemente da assunção de novo vínculo efetivo.

Questão 25

Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (sem considerar jurisprudência ou doutrina), especialmente quanto aos limites e mecanismos de controle da despesa total com pessoal, analise as assertivas a seguir e assinale V, para verdadeiro ou F, para falso:

(___) A despesa total com pessoal, para fins de verificação dos limites legais, compreende gastos com ativos, inativos e pensionistas, incluídos encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

(___) Ultrapassado o limite máximo de despesa com pessoal, o ente federativo deve eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, sob pena de aplicação das restrições previstas na lei.

(___) Enquanto perdurar o excesso em relação ao limite máximo, o ente poderá conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, desde que haja disponibilidade financeira suficiente e previsão na lei orçamentária anual.

(___) A verificação do cumprimento dos limites da despesa com pessoal deve ocorrer ao final de cada quadrimestre, considerando-se a despesa total realizada nos doze meses anteriores.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, V, V, F.
- (E) V, V, F, V.

Questão 26

No âmbito da Câmara Municipal, foi implantado novo sistema eletrônico de controle de frequência, com previsão de compensação de jornada por meio de banco de horas. Durante auditoria interna, verificou-se que determinados servidores realizavam horas excedentes sem autorização formal prévia, registrando posteriormente compensações unilaterais no sistema, sem validação da chefia imediata.

Diante desse contexto, a unidade de gestão de pessoas foi instada a se manifestar sobre a regularidade do procedimento adotado e sobre os requisitos para validade do banco de horas no serviço público.

Considerando os princípios da legalidade, da eficiência e da supremacia do interesse público, analise as afirmações a seguir:

I. O registro eletrônico da jornada é suficiente para validar a compensação automática das horas excedentes, sendo dispensável autorização prévia ou homologação da chefia imediata.

II. O banco de horas no serviço público exige previsão normativa específica, critérios objetivos para compensação e controle formal da chefia, não podendo resultar de ajuste informal entre servidor e setor administrativo.

III. A realização de horas excedentes, ainda que sem autorização formal, gera direito adquirido à compensação futura, desde que o sistema eletrônico registre a jornada cumprida.

IV. A compensação de jornada pode ser definida exclusivamente pelo servidor, desde que respeitado o limite mensal de carga horária previsto para o cargo efetivo ocupado.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) Apenas II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas IV.
- (E) Apenas II.

Questão 27

No âmbito da Câmara Municipal, foi protocolada denúncia relatando suposta irregularidade praticada por servidor efetivo. A denúncia foi apresentada por escrito, porém não continha identificação nem endereço do denunciante. Após análise preliminar, verificou-se que os fatos narrados eram genéricos e não indicavam possível infração disciplinar ou ilícito penal.

Considerando as regras aplicáveis às denúncias administrativas e aos critérios de admissibilidade para instauração de apuração, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A denúncia deve ser automaticamente convertida em sindicância investigativa, ainda que não haja identificação do denunciante ou descrição suficiente de possível infração disciplinar.
- (B) A exigência de identificação do denunciante viola o princípio da publicidade administrativa, razão pela qual denúncias anônimas devem ser processadas regularmente.
- (C) A autenticidade da denúncia é presumida quando protocolada fisicamente no órgão público, sendo desnecessária qualquer verificação preliminar sobre sua formalidade ou conteúdo.
- (D) A ausência de identificação formal do denunciante impede o processamento regular da denúncia, podendo esta ser arquivada, especialmente quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal.
- (E) Toda denúncia recebida pela Administração Pública impõe a obrigatoriedade de instauração imediata de processo administrativo disciplinar, independentemente da análise preliminar de admissibilidade.

Questão 28

O setor de Recursos Humanos de um órgão público recebeu pedido formal de acesso a informações solicitando a divulgação nominal de todos os servidores, incluindo remuneração detalhada, histórico de afastamentos médicos, avaliações de desempenho e registros disciplinares. Ao analisar o pedido, a Controladoria Interna alertou para a necessidade de observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis no âmbito da Administração Pública. Na qualidade de servidor responsável pela análise técnica do pedido, considerando exclusivamente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A divulgação de dados pessoais e dados pessoais sensíveis de servidores públicos pode ocorrer de forma irrestrita quando o pedido for formalizado por cidadão interessado em acompanhar a atuação administrativa.
- (B) A legislação autoriza que a Administração Pública divulgue livremente dados pessoais sensíveis de servidores sempre que a solicitação estiver relacionada à transparência ou ao interesse administrativo institucional.
- (C) A Lei Geral de Proteção de Dados não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos públicos quando as informações estiverem vinculadas às atividades administrativas de gestão de pessoal.
- (D) O tratamento de dados pessoais no setor público depende obrigatoriamente do consentimento expresso do titular, mesmo quando a informação estiver relacionada ao exercício de funções públicas.
- (E) Informações relativas à saúde dos servidores são classificadas como dados pessoais sensíveis, devendo seu tratamento observar base legal específica e os princípios de finalidade, adequação e necessidade previstos na legislação.

Questão 29

Durante o expediente na Câmara Municipal, determinado servidor efetivo retirou processo administrativo da repartição para análise em sua residência, sem autorização formal da autoridade competente. No mesmo dia, ao ser questionado por colega sobre a autenticidade de um documento protocolado, afirmou não reconhecer sua validade, recusando-se a atribuir-lhe fé pública. Além disso, deixou de encaminhar processo sob sua responsabilidade, retardando injustificadamente o andamento do serviço.

Diante da situação apresentada e considerando as proibições aplicáveis ao servidor público municipal, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE as infrações funcionais praticadas:

- (A) O servidor praticou infrações consistentes em retirada de documento sem autorização, recusa de fé a documento público e resistência injustificada ao andamento de processo administrativo.
- (B) A recusa de fé e o atraso processual somente configuram infração quando houver comprovação de dano efetivo ao erário ou prejuízo financeiro à Administração.
- (C) O servidor incorreu apenas em irregularidade administrativa leve, pois a retirada de documentos e o atraso processual podem ser supridos por posterior regularização formal.
- (D) A retirada de documento para análise fora da repartição é admitida quando não houver intenção de causar prejuízo, afastando a caracterização de infração disciplinar.
- (E) A conduta configura apenas descumprimento de dever funcional relacionado à eficiência do serviço, não caracterizando violação expressa às proibições estatutárias.

Questão 30

No âmbito do Poder Legislativo municipal, a gestão de pessoal está sujeita a mecanismos de controle interno e externo, especialmente quanto à legalidade das admissões, à regularidade da folha de pagamento e ao cumprimento dos limites de despesa com pessoal.

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O controle interno exerce função preventiva e orientadora na gestão de pessoal, devendo acompanhar atos como nomeações, concessão de vantagens e elaboração da folha de pagamento.

PORTANTO,

II. O controle externo, exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, substitui integralmente o controle interno na verificação da legalidade dos atos de admissão e concessão de benefícios funcionais.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II justifica adequadamente a I no contexto da repartição de competências de controle.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não constitui justificativa correta da I quanto às funções institucionais de controle.
- (C) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa, pois o controle externo não substitui o controle interno, atuando de forma complementar e fiscalizatória.
- (D) As asserções I e II são falsas, pois a gestão de pessoal do Legislativo municipal não se submete a controle quanto a atos de admissão e concessão de vantagens.
- (E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira, uma vez que a fiscalização de atos de pessoal compete prioritariamente ao controle externo.

Questão 31

No setor público, a despesa de pessoal deve observar normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especialmente quanto ao reconhecimento, à classificação orçamentária, ao registro patrimonial e à evidenciação nas demonstrações contábeis. Com base nessas premissas, julgue os itens a seguir e marque V, para verdadeiro, ou F, para falso:

I. A despesa com pessoal deve ser reconhecida contabilmente pelo regime de competência, ainda que o pagamento ocorra em exercício financeiro subsequente, devendo constar das demonstrações contábeis correspondentes ao período em que foi gerada.

II. Encargos patronais incidentes sobre a folha de pagamento integram a despesa de pessoal e devem ser registrados contabilmente de forma segregada, em nível analítico próprio, sem prejuízo de sua consolidação para fins de apuração do montante total da despesa de pessoal.

III. A classificação orçamentária da despesa com pessoal dispensa detalhamento por natureza da despesa, bastando a identificação genérica como gasto com recursos humanos para fins de controle contábil.

IV. O registro contábil de provisões relacionadas a férias e décimo terceiro salário observa o regime patrimonial, devendo refletir a obrigação assumida à medida que o direito do servidor é constituído.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.
- (E) V, F, V, F.

Questão 32

Um servidor aprovado em concurso público para cargo efetivo no Poder Legislativo municipal foi regularmente nomeado e entrou em exercício. Durante o período inicial de sua trajetória funcional, surgiram questionamentos acerca dos requisitos para aquisição da estabilidade, da natureza jurídica do estágio probatório e dos efeitos da avaliação de desempenho nesse período. Considerando os princípios que regem o regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A estabilidade decorre automaticamente do decurso do tempo de exercício no cargo efetivo, sendo a avaliação de desempenho mero procedimento confirmatório sem caráter decisório, ainda que a legislação exija verificação formal de aptidão e capacidade durante o estágio probatório.

- (B) A aquisição da estabilidade depende do cumprimento do período mínimo de exercício no cargo e da aprovação em avaliação formal de desempenho, conduzida segundo critérios previamente definidos e com garantia de ciência e possibilidade de manifestação do servidor.
- (C) O servidor em estágio probatório pode ser exonerado a qualquer tempo por juízo discricionário da autoridade competente, independentemente de critérios objetivos previamente estabelecidos.
- (D) O estágio probatório constitui período destinado exclusivamente à adaptação do servidor ao ambiente institucional, não podendo resultar em exoneração, salvo mediante processo disciplinar, ainda que sejam constatadas insuficiências no desempenho das atribuições do cargo.
- (E) A estabilidade, uma vez adquirida, impede qualquer forma de perda do cargo por insuficiência de desempenho, ainda que prevista em norma geral aplicável aos servidores públicos.

Questão 33

Em uma Câmara Municipal, após auditoria interna identificar fragilidades estruturais na política de gestão de pessoas, constatou-se: ausência de avaliação formal de desempenho, designação discricionária de funções gratificadas sem critérios objetivos, baixa integração intersectorial e inexistência de planejamento estratégico de pessoal. A Presidência determinou a reformulação do modelo de gestão, com vistas à melhoria da eficiência institucional e ao fortalecimento do assessoramento técnico-legislativo. À luz dos princípios constitucionais da Administração Pública e das boas práticas de governança no setor público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Instituir sistema permanente de avaliação de desempenho com critérios objetivos previamente regulamentados, vinculado ao planejamento estratégico institucional e à gestão por competências, assegurando transparência, impessoalidade e possibilidade de revisão administrativa.
- (B) Concentrar na Presidência a competência exclusiva para designação e exoneração de funções estratégicas, dispensando regulamentação interna específica a fim de preservar autonomia administrativa e celeridade decisória.
- (C) Priorizar a antiguidade funcional como principal critério para designação de funções estratégicas, reconhecendo a experiência acumulada como indicador suficiente de mérito e instrumento de valorização da estabilidade organizacional.
- (D) Delegar aos vereadores a indicação técnica dos servidores para funções gratificadas, fundamentando a escolha na relação de confiança político-institucional, desde que formalizados os atos administrativos e respeitados os limites orçamentários vigentes.

- (E) Substituir a avaliação formal por relatórios subjetivos elaborados pela chefia imediata, admitindo ampla discricionariedade administrativa como mecanismo legítimo de aferição de desempenho no âmbito legislativo municipal.

Questão 34

No âmbito do Poder Legislativo municipal, os servidores efetivos vinculam-se, em regra, a regime próprio de previdência social (RPPS), quando instituído pelo ente federativo, enquanto empregados públicos e ocupantes exclusivamente de cargos em comissão podem estar vinculados ao regime geral de previdência social (RGPS). A correta identificação do regime previdenciário impacta a incidência de contribuições, a concessão de benefícios e a responsabilidade financeira do ente público.

Considerando essas premissas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A vinculação ao RGPS exclui a necessidade de observância de regras constitucionais específicas aplicáveis aos servidores públicos quanto à aposentadoria e ao teto de benefícios.
- (B) Todos os agentes públicos do Legislativo municipal, independentemente do vínculo jurídico, devem ser obrigatoriamente vinculados ao RPPS, ainda que ocupem exclusivamente cargos em comissão.
- (C) O empregado público contratado sob regime celetista no Legislativo municipal deve ser vinculado ao RPPS quando houver previsão em regulamento interno da Casa Legislativa.
- (D) A opção individual do servidor efetivo é suficiente para definir sua vinculação entre RPPS e RGPS, desde que formalizada perante o setor de recursos humanos.
- (E) Na inexistência de RPPS instituído pelo município, os servidores ocupantes de cargo efetivo vinculam-se ao RGPS, permanecendo o ente responsável pelo recolhimento das contribuições correspondentes.

Questão 35

Uma Câmara Municipal instituiu sistema de avaliação de desempenho estruturado em dois eixos complementares: avaliação institucional, baseada no cumprimento de metas globais do órgão, e avaliação individual, vinculada às atribuições específicas de cada servidor. O regulamento prevê que gratificações de desempenho e progressões funcionais dependerão da combinação ponderada dos resultados obtidos nesses dois eixos.

Durante determinado ciclo avaliativo, um servidor alcançou desempenho individual elevado, mas a instituição não atingiu as metas globais estabelecidas, o que impactou negativamente o resultado final para fins de gratificação e progressão.

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e transparência, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O desempenho institucional insuficiente invalida automaticamente o resultado da avaliação individual, impedindo que este produza qualquer efeito funcional no respectivo ciclo.
- (B) A combinação entre avaliação institucional e individual é válida quando prevista em norma prévia, com critérios objetivos, metodologia clara de ponderação e ampla publicidade dos parâmetros adotados.
- (C) A vinculação de efeitos funcionais ao resultado institucional é incompatível com o princípio da individualização do desempenho, ainda que haja previsão normativa expressa e critérios previamente estabelecidos.
- (D) A avaliação institucional pode influenciar apenas gratificações temporárias, sendo vedada sua utilização como critério para progressão ou desenvolvimento na carreira do servidor.
- (E) A utilização de metas institucionais como componente avaliativo configura mecanismo remuneratório incompatível com o regime jurídico estatutário aplicado aos servidores públicos.

Questão 36

No âmbito do regime jurídico dos servidores públicos, as licenças, afastamentos e concessões legais constituem instrumentos destinados à proteção de direitos individuais, à compatibilização entre interesse público e situações pessoais do servidor e à viabilização de atividades institucionais específicas. Considerando as características jurídicas desses institutos no regime estatutário, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As licenças e afastamentos possuem natureza idêntica quanto aos seus efeitos funcionais, distinguindo-se apenas pela nomenclatura adotada em cada estatuto, não havendo diferenças relevantes quanto à remuneração ou ao tempo de serviço.
- (B) Os afastamentos legais implicam necessariamente suspensão do vínculo funcional com a Administração, extinguindo temporariamente deveres estatutários e afastando qualquer possibilidade de responsabilização disciplinar durante o período concedido.
- (C) As concessões administrativas constituem atos discricionários amplos, podendo a autoridade competente indeferir-las ainda que preenchidos todos os requisitos legais, sempre que entender existir inconveniência para o serviço público.
- (D) A fruição de licença regularmente concedida afasta integralmente a incidência de deveres funcionais, inclusive quanto à observância de proibições estatutárias relacionadas à conduta incompatível com o regime jurídico do cargo.
- (E) As licenças possuem natureza jurídica de afastamento temporário do exercício do cargo, podendo ou não haver remuneração, conforme previsão legal específica, sem que isso implique vacância automática do cargo efetivo.

Questão 37

Um município editou lei local estabelecendo que:

- I. Parte dos cargos em comissão poderá ser destinada a pessoas sem vínculo prévio com a Administração;
- II. O prazo de validade do concurso público poderá ser prorrogado mais de uma vez, desde que haja previsão no edital;
- III. Estrangeiros somente poderão acessar cargos públicos mediante naturalização prévia;
- IV. A Administração poderá convocar candidatos aprovados em concurso posterior antes da convocação de aprovados em concurso ainda vigente.

À luz das normas da Constituição Federal de 1988 aplicáveis ao concurso público e à Administração Pública, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Constituição dispõe que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros, na forma da lei.
- (B) A Constituição determina que cargos em comissão destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) Constituição autoriza que o prazo de validade do concurso público seja prorrogado sucessivas vezes, desde que exista previsão no edital ou em lei local.
- (D) A Constituição estabelece que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- (E) A Constituição assegura que, durante o prazo improrrogável previsto no edital, o candidato aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados.

Questão 38

Em determinado órgão público municipal, servidores relataram aumento significativo de afastamentos por adoecimento ocupacional, relacionados a fatores ergonômicos inadequados, sobrecarga de trabalho e ausência de políticas preventivas estruturadas. A administração pretende implementar medidas voltadas à promoção da saúde ocupacional e à mitigação de riscos psicossociais. À luz dos princípios da Administração Pública e das normas gerais de proteção à saúde do trabalhador aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A responsabilidade da administração limita-se ao fornecimento de equipamentos de proteção individual, sendo indevida a intervenção organizacional na gestão de cargas de trabalho ou na estrutura psicossocial do ambiente laboral, ainda que tais fatores estejam diretamente relacionados ao adoecimento dos servidores.

- (B) A adoção de medidas preventivas em saúde ocupacional no serviço público possui natureza facultativa, podendo ser postergada por razões orçamentárias, desde que assegurado posterior tratamento médico individual aos servidores adoecidos, ainda que não sejam implementadas ações estruturais voltadas à prevenção dos riscos identificados no ambiente de trabalho.
- (C) O dever estatal de proteção à saúde do servidor restringe-se aos ambientes insalubres ou perigosos formalmente reconhecidos, não abrangendo riscos ergonômicos ou fatores relacionados à organização do trabalho.
- (D) A implementação de política institucional de prevenção de riscos ocupacionais, com mapeamento ergonômico, programas de vigilância à saúde e participação dos servidores na identificação de riscos, concretiza os princípios da eficiência e da dignidade da pessoa humana no âmbito administrativo.
- (E) A promoção de saúde mental no ambiente de trabalho constitui medida de natureza estritamente assistencial, desvinculada da política de gestão de pessoas e sem repercussão sobre a responsabilidade administrativa.

Questão 39

No contexto da modernização da gestão pública no Poder Legislativo Municipal, a política de formação de servidores deve integrar planejamento estratégico, avaliação de desempenho e gestão por competências, superando a lógica de capacitações isoladas e eventuais. Considerando a distinção técnica entre treinamento, desenvolvimento e capacitação no setor público, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A capacitação no serviço público restringe-se à obtenção de certificações externas formalmente reconhecidas, sendo incompatível sua integração com processos de avaliação de desempenho e com o planejamento estratégico institucional.
- (B) A capacitação constitui instrumento predominantemente formal voltado ao cumprimento de exigências legais periódicas, ao passo que o desenvolvimento funcional se limita à participação em ações educacionais internas definidas pela alta administração, sem vinculação com planejamento estratégico.
- (C) O treinamento possui natureza essencialmente motivacional e desvinculada de metas institucionais, enquanto a capacitação permanente depende exclusivamente da iniciativa individual do servidor, sem articulação com políticas organizacionais de gestão de pessoas.

- (D) O treinamento corresponde a ação educacional de caráter mais imediato, voltada ao aperfeiçoamento de competências específicas relacionadas às atribuições atuais do cargo, enquanto o desenvolvimento possui natureza contínua e estratégica, orientada à ampliação de capacidades institucionais e profissionais no longo prazo.
- (E) O desenvolvimento profissional substitui integralmente o treinamento técnico-operacional, uma vez que ambos possuem finalidades equivalentes, diferenciando-se apenas quanto à terminologia adotada nos normativos internos da administração pública.

Questão 40

No âmbito do Poder Legislativo municipal, a estruturação de cargos e carreiras deve observar parâmetros constitucionais e fiscais que condicionam a validade dos atos normativos institucionais.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A criação de cargos públicos e a instituição de plano de carreiras no Legislativo municipal dependem de lei específica, observada a iniciativa adequada e a demonstração de compatibilidade orçamentário-financeira.

PORQUE

II. A autonomia administrativa do Poder Legislativo municipal não afasta a necessidade de observância aos princípios da legalidade, da responsabilidade fiscal e da prévia estimativa de impacto financeiro para aumento de despesa com pessoal.

A respeito dessas asserções, assinale a opção CORRETA:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (D) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (E) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 41

A Lei nº 14.133/2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, disciplinando princípios, procedimentos e instrumentos destinados à seleção da proposta mais vantajosa e à promoção da competitividade nas contratações públicas.

Com base exclusivamente no disposto nessa Lei, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O processo licitatório deverá assegurar igualdade entre os licitantes e vedar cláusulas que comprometam o caráter competitivo da disputa.
- (B) A Administração Pública pode dispensar a licitação sempre que considerar conveniente a contratação direta de fornecedores.
- (C) O procedimento licitatório admite restrições à competitividade quando justificadas pela preferência administrativa.
- (D) A licitação destina-se exclusivamente à seleção da proposta de menor preço, sendo vedada a adoção de outros critérios de julgamento.
- (E) A licitação pode ocorrer sem observância de princípios administrativos quando houver urgência na contratação.

Questão 42

No âmbito da gestão pública contemporânea, o planejamento governamental constitui instrumento fundamental para organização das políticas públicas e execução das ações administrativas.

Analise as afirmativas abaixo e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas.

() O planejamento governamental envolve definição de objetivos, metas e programas de ação administrativa.

() A gestão pública pode prescindir de planejamento formal quando houver urgência administrativa.

() O planejamento institucional orienta a execução das políticas públicas e a atuação administrativa.

() A definição de metas governamentais constitui elemento integrante da atividade de planejamento público.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, V, V.
- (E) F, V, V, F.

Questão 43

A Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos ou por terceiros que com eles concorram ou se beneficiem.

Com base exclusivamente no disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A improbidade administrativa pode decorrer tanto de conduta dolosa quanto de mera culpa do agente público.

- (B) A responsabilização por improbidade administrativa independe da demonstração de dolo do agente público na prática da conduta ilícita contra a Administração Pública.
- (C) O enriquecimento ilícito constitui hipótese que dispensa demonstração de vantagem patrimonial indevida.
- (D) Considera-se ato de improbidade administrativa a conduta dolosa que viole deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na Administração Pública.
- (E) O agente público responde por improbidade administrativa mesmo quando demonstrada ausência de intenção ilícita na conduta praticada.

Questão 44

O exercício da atividade administrativa envolve prerrogativas conferidas à Administração para assegurar a supremacia do interesse público e a adequada disciplina das atividades privadas.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O poder hierárquico permite à Administração impor sanções a qualquer cidadão independentemente de vínculo jurídico.
- (B) O poder de polícia consiste na atividade administrativa que limita ou condiciona direitos individuais em benefício do interesse público.
- (C) O poder regulamentar autoriza a Administração a editar normas contrárias às disposições estabelecidas em lei.
- (D) O poder disciplinar aplica-se exclusivamente às relações estabelecidas entre a Administração Pública e os particulares em geral.
- (E) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir direitos fundamentais independentemente de fundamento legal ou previsão normativa específica.

Questão 45

A estrutura administrativa do Estado brasileiro organiza-se de forma descentralizada e desconcentrada, permitindo a criação de entidades com personalidade jurídica própria para execução de determinadas atividades estatais.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As fundações públicas possuem personalidade jurídica exclusivamente de direito privado no ordenamento administrativo.
- (B) As empresas públicas integram a Administração direta e exercem atividades administrativas sem personalidade jurídica própria.
- (C) As autarquias exercem atividades administrativas sem autonomia administrativa ou patrimonial própria.

- (D) As autarquias integram a Administração Pública indireta e possuem personalidade jurídica de direito público.
- (E) As sociedades de economia mista integram a Administração direta e são subordinadas hierarquicamente aos ministérios.

Questão 46

No exercício da função administrativa, agentes públicos editam atos destinados à produção de efeitos jurídicos imediatos no âmbito da Administração Pública ou em relação aos administrados. Tais atos possuem características próprias decorrentes do regime jurídico administrativo, que conferem prerrogativas à Administração para assegurar a consecução do interesse público.

Considerando os atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A presunção de legitimidade e veracidade atribuídos aos atos administrativos presunção relativa de legalidade e veracidade dos fatos declarados.
- (B) A autoexecutoriedade consiste na exigência de autorização judicial prévia para execução das decisões administrativas.
- (C) A presunção de legitimidade impede qualquer forma de controle administrativo ou judicial sobre o ato administrativo.
- (D) A imperatividade caracteriza-se pela necessidade de concordância expressa do administrado para que o ato produza efeitos jurídicos válidos.
- (E) A tipicidade permite à Administração criar livremente novas espécies de atos conforme sua conveniência administrativa.

Questão 47

A atuação administrativa, embora voltada à realização do interesse público, encontra-se sujeita a mecanismos institucionais de fiscalização destinados a assegurar a legalidade, legitimidade e regularidade da atividade estatal. Esses mecanismos configuram diferentes modalidades de controle exercidas por órgãos da própria Administração, por instituições externas e pela sociedade.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, sendo vedada a participação de órgãos legislativos nesse processo fiscalizador.
- (B) O controle administrativo limita-se à verificação da conveniência política dos atos praticados pelos agentes públicos.
- (C) O controle interno consiste na fiscalização exercida pela própria Administração sobre seus atos e agentes para assegurar legalidade administrativa.
- (D) O controle social caracteriza-se pela atuação exclusiva do Ministério Público na fiscalização da Administração Pública.

- (E) O controle institucional da Administração ocorre apenas quando provocado judicialmente por interessados.

Questão 48

No âmbito da Administração Pública, o processo administrativo constitui instrumento destinado à formação da vontade administrativa mediante procedimento formal estruturado.

Analisar as afirmativas abaixo.

- I. O processo administrativo assegura aos interessados direito de manifestação e produção de provas.
- II. O processo administrativo pode ser conduzido sem observância de regras procedimentais previamente estabelecidas.
- III. A atuação administrativa no processo deve observar princípios de legalidade e motivação.
- IV. O processo administrativo pode resultar na invalidação de atos ilegais praticados pela Administração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) II, III e IV apenas.
- (E) I, III e IV apenas.

Questão 49

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece normas para o tratamento de dados pessoais por pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Com base exclusivamente no disposto nessa lei, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Dados pessoais podem ser tratados livremente pela Administração Pública independentemente de finalidade específica.
- (B) A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados realizado por empresas privadas com finalidade econômica.
- (C) Considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, para todos os efeitos jurídicos.
- (D) A proteção de dados pessoais restringe-se às informações financeiras armazenadas em bancos de dados privados.
- (E) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público dispensa observância dos princípios previstos na LGPD.

Questão 50

No exercício da função pública, o servidor encontra-se sujeito a diferentes esferas de responsabilização decorrentes da prática de atos ilícitos ou irregulares no desempenho de suas atribuições. A legislação administrativa admite a responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa, observadas as particularidades de cada regime jurídico e a possibilidade de coexistência entre essas instâncias.

Analise as afirmativas abaixo.

I. O servidor público pode responder civil, penal e administrativamente por atos praticados no exercício da função.

II. A responsabilidade administrativa exclui automaticamente a responsabilidade penal do servidor público.

III. A responsabilidade civil do servidor pode decorrer de dano causado à Administração ou a terceiros.

IV. A responsabilização administrativa depende necessariamente de condenação judicial prévia.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, III e IV apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV apenas.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE